



## Análise de Conformidade - Convênio e Parcerias

<b>Nº do Processo</b>	
<b>Volumes e Apenso</b>	
<b>Órgão Solicitante</b>	Controladoria Geral do Município
<b>Unidade Responsável</b>	Órgão Central de Controle Interno
<b>Procedimento</b>	
<b>Objeto do Processo</b>	
<b>Valor</b>	
<b>Resultado do Processo</b>	
<b>Período</b>	
<b>Campo livre</b>	

Por ser função essencial do Órgão Central de Controle Interno a comprovação da legalidade dos atos patrimoniais, orçamentários, contábeis, financeiros e operacionais,

conforme determina a Constituição Federal de 1988, em observância à legislação pátria, em especial à Lei nº 8666/93, e Deliberações do TCE/RJ, passa-se à Análise de conformidade da regularidade do presente procedimento.

Atos complementares		
ID	Itens de Verificação	Folhas
1	Foram cumpridas as Recomendações realizadas na Análise Prévia / Análise de Requisitos Mínimos?	
2	Consta a Minuta do convênio, acordo ou ajuste?	
3	Consta o Parecer Jurídico o Parecer da Secretaria Municipal Adjunta de Licitações e Contratos / Consultoria Jurídica da Secretaria, aprovando a Minuta do convênio, acordo ou ajuste?	

Legalidade		
ID	Itens de Verificação	Folhas
4	Consta o Parecer Jurídico da Secretaria Municipal Adjunta de Licitações e Contratos / Consultoria Jurídica da Secretaria, em análise da legalidade e aprovando o procedimento (art. 38, § único, da Lei nº 8.666/93)?	
5	Consta o Plano de trabalho final, nos termos do art. 116, da Lei	



	Federal nº 8.666/93, assinado pelas partes?	
6	Consta o instrumento de convênio, acordo ou ajuste, devidamente assinados pelas partes?	
7	Consta o extrato do instrumento?	
8	Consta a publicação do extrato do instrumento?	

Economicidade		
ID	Itens de Verificação	Folhas
9	Há previsão de transferência de recursos financeiros entre o ente municipal e o parceiro? (Caso seja positivo, analisar os itens abaixo)	
9.1	Em caso de previsão de transferência de recursos financeiros, é identificada a descrição da vantagem/ retorno/ resultado auferido pelo Município com o acordo?	
9.2	Em caso de previsão de transferência de recursos financeiros, é identificada a decomposição dos preços unitários da utilização do recurso?	
9.3	Em caso de previsão de transferência de recursos financeiros, é identificada a contrapartida para o Município?	

Legitimidade		
ID	Itens de Verificação	Folhas
10	Consta Justificativa do Ordenador de Despesas quanto ao interesse público no procedimento?	

Deliberações do TCE/RJ		
ID	Itens de Verificação	Folhas
11	Consta documentação ou manifestação da Secretaria quanto ao cumprimento das Deliberações do TCE/RJ?	

Por fim, recomenda-se atenção à análise acima, sendo certa, a discricionariedade (análise da oportunidade e conveniência) do Gestor responsável quanto às decisões a serem tomadas no andamento do feito, bem como a integral responsabilidade do Gestor quanto aos atos administrativos efetivados, em especial, quanto à averiguação da conveniência e oportunidade na efetivação do presente procedimento.



Ressalta-se, o papel de Órgão de Controle exercido por este Órgão Central de Controle Interno / esta Unidade Descentralizada de Controle Interno - UDCI, no sentido de orientar o Ordenador de Despesas quanto à observância da legislação aplicável e cumprimento do determinado pelo Órgão de Controle Externo, exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para que o procedimento se desenvolva de forma regular.

Destaca-se que a presente análise, ao final, limita-se aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade, conforme acima detalhada.

<b>Analisado em:</b>

<b>Revisado em:</b>

<b>Ciente em:</b>